



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 4015/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Pedrinhas Paulista
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA
Período 04/2016
Relator Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora UR-05 UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
Responsável ANGELA MARIA ALVES DE MIRA GIANNETTA
Cargo PREFEITO
CPF 096.310.258-37
Período de Gestão 01/01/2016 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

| Tipo de Documento | Mês | Ano |
|---|-----|------|
| BALANCETE CONJUNTO CONTA CONTABIL | 4 | 2016 |
| BALANCETE CONJUNTO CONTA CORRENTE | 4 | 2016 |
| ATA AUDIENCIA AVALIAÇÃO CUMPRIMENTO METAS | 4 | 2016 |
| Publ. RREO Balanço Orçamentário | 4 | 2016 |
| Publ. RREO Dem. Função / Subfunção | 4 | 2016 |
| Publ. RREO Dem. Apuração RCL | 4 | 2016 |
| Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias | 4 | 2016 |
| Publ. RREO Resultado Nominal | 4 | 2016 |
| Publ. RREO Resultado Primário | 4 | 2016 |
| | | |

| | | |
|--------------------------------|---|------|
| Publ. RREO Restos a Pagar | 4 | 2016 |
| Publ. RGF Executivo | 4 | 2016 |
| Conciliações Bancárias Mensais | 4 | 2016 |
| Questionário sobre Transporte | 4 | 2016 |

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

O Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 26/04/2017
Hora da Geração: 21:31:50